

Governistas evitam votação do parecer da desindexação

por Sandra Nascimento
de Brasília

O governo conseguiu ontem mais uma vitória no Congresso Nacional: impediu a votação, pela comissão especial, do parecer do relator da medida provisória da desindexação que, entre as principais mudanças, previa o repasse da inflação para os salários, nas datas-base. Resta ainda a votação em plenário, possibilidade já afastada pelo relator, senador Coutinho Jorge (PMDB-PA), que começa a se conformar com a reedição, objetivo do governo.

“Espero que a reedição já traga algumas mudanças”, disse Jorge, depois do cancelamento da sessão, por falta de quórum. Dos 28 membros, apenas cinco compareceram: os deputados petistas Paulo Paim (RS) e Jair Meneguelli (SP), Ademir Andrade, deputado pelo PSB do Pará, o presidente da comissão, deputado Efraim Morais (PFL-PB) e o relator. Estavam na Casa e não compareceram onze integrantes, todos da base governista, número suficiente para votar o parecer.



Elcio Alves

A política salarial foi o grande alvo das mudanças de Jorge, que também atendeu ao apelo das empresas de construção civil e fabricantes de bens de capital, alterando o parágrafo 2º quanto à correção dos contratos de médio e longo prazo. O relator propõe que o governo regulamente a questão, prevendo a disposição sobre normas visando propiciar o restabelecimento da relação que as partes tenham pactuado inicialmente, de forma a garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. “A mudança visa evi-

tar prejuízo a esses setores”, disse.

Antes do início da sessão, o líder do governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), já avisava que esta não iria acontecer. O que o governo quer é tempo para avaliar a medida provisória, na prática. Espera setembro chegar, e, junto, as negociações salariais dos bancários e dos petroleiros, duas grandes categorias profissionais, de considerável poder de articulação. “As negociações de setembro são extremamente importantes para uma análise”, afirmou o líder do governo no Senado, Elcio Alves. “Só depois poderão vir reajustes, agora não é o momento para mudança”, acrescentou Rigotto.

São as seguintes as propostas do relator, que teve boa aceitação entre os parlamentares ligados ao movimento sindical:

■ Supressão do artigo 18, que exclui a manutenção das cláusulas do acordo coletivo anterior até o fechamento de um novo, após a data-base. Também altera o artigo 14, tirando das mãos do presidente do Tribunal

Superior do Trabalho (TST) a autoridade para suspender, sozinho, decisão de instância inferior.

■ Repasse do INPC integral ao mínimo, acrescido de aumentos reais com limite mínimo idêntico à taxa de expansão do PIB;

■ Garantia aos sindicatos profissionais do acesso a informações necessárias para a aferição dos indicadores de produtividade considerados;

■ Mecanismos de proteção salarial transitório, por dois anos, com garantia de reposição automática de 100% da inflação para a parcela salarial de até três salários mínimos e 80% para as faixas acima desse patamar, no primeiro ano. No segundo, reduzem-se os percentuais para 80 e 50%. Anticipa-se o repasse do resíduo do IPC-r para as categorias que têm data-base no próximo ano, trazendo a correção para este semestre, parcialmente.

■ A política salarial dos servidores públicos, não incluída na MP atual, passaria a ser igual à do setor privado.